ADIN DO PROUNI NO STF

A CONFENEN cumpriu sua obrigação: defendeu o direito de entidades filantrópicas não ser tributadas indiretamente, através da obrigatoriedade de conceder bolsas de estudo; e levantou, perante a mais alta corte, a possibilidade de discussão pela sociedade de uma matéria polêmica no mundo todo, qual seja a de favorecer alguns no que é uma questão do mérito de cada um, traduzido na Constituição Federal no princípio de acesso ao ensino superior segundo a capacidade de cada um.

Decisão judicial, quando não mais cabe recurso, se cumpre, mesmo que não se concorde com ela. Segundo alguns, o Supremo Tribunal vem adotando uma tendência que se chamaria "neoconstitucionalismo", traduzida em, apesar da letra expressa de lei, dar interpretação sociopolítica, para atender interesses total ou parcialmente sociais. Data vênua, parece que a matéria e a ação competem ao Legislativo, em que mais amplamen-

**Ives Gandra – na
ação, advogado da
CONFENEN**

te pode ser debatida, não se atendo ao texto expresso de lei existente. Contudo, pesa o fato de o Legislativo, como via de regra, só discutir e votar matéria de interesse governamental, o que acaba provocando, cada vez mais, o posicionamento do Judiciário.

Afinal, temos uma decisão judicial, não uma solução do problema. Parece, segundo ela, que alguns ou parcela da população não conseguem adentrar no ensino superior por questão de cor, raça, origem, ser maioria ou minoria. Frustram-se por não vencerem a disputa de vagas pelo preparo que detêm por ser pobres. Pobreza e mau atendimento pela escola pública são a causa verdadeira.

O negro, o índio e os pardos não são menos inteligentes ou menos capazes que os outros. Sendo pobres, frequentam a escola pública de educação básica, que é ruim e a ninguém prepara adequadamente. Claro que a ascensão social de alguém ocorre quando, todos tendo oportunidade igual, cada um, graças a seu preparo e aplicação individuais, consegue vencer a disputa. A prevalecer o argumento de reparação de injustiça histórica praticada pela sociedade, devemos também responder, reparando os erros, pelos atos da noite de São Bartolomeu, pela inquisição e pela crucificação de Cristo.

A sociedade e as condições econômicas não mudarão por lei ou decreto, nem judicializando o Político (com P maiúsculo) ou politizando o Jurídico.

Não adianta – a não ser politicamente, para angariar votos – criar mecanismos para os que, com dificuldades de passar pela porta única, entrem por janelas, o que é um preconceito contra eles, considerando-os, de início, incapazes. Na vida profissional, após formados, os melhores lugares serão ocupados por quem, desde o pré-escolar, foi bem preparado.

Se o Brasil, como estado e não como governo, quiser mudar a situação, tem que começar, desde já, a melhorar, e muito, a escola pública de educação básica.